

ANTROPOLOGIA E CULTURA BRASILEIRA

**PARA QUE SERVEM OS
ANTROPÓLOGOS E A
ANTROPOLOGIA?**

Autoria: Dra. Tatiana de Laai - Revisão técnica: Dr.
Marcelo Flório

Introdução

A partir de agora, você conhecerá a Antropologia como um campo de estudos, passando a entender melhor sobre sua história e qual sua relevância para as ciências humanas. Ciência esta que nasce da curiosidade acerca das atividades humanas, no questionamento de o porquê as pessoas se organizarem em grupos.

Nesse sentido, a Antropologia identifica e analisa as razões pelas quais as sociedades humanas desenvolveram formas tão diferentes de se organizarem e de se relacionarem, seja entre si, seja com outros grupos sociais ou, até mesmo, com o meio ambiente. Além disso, ao longo deste capítulo, também aprenderemos sobre as diversas definições do conceito de cultura e sua importância como o principal objeto de estudo na Antropologia. Afinal, a diversidade de culturas que pode ser encontrada ao redor do mundo é imensa.

Podemos perceber, dessa forma, que cada realidade cultural tem sua própria lógica, pois é reflexo da visão de mundo dos indivíduos que nela vivem, sendo o resultado de um acúmulo de processos culturais e históricos. É por isso que compreender como se constroem as identidades sociais, culturais e nacionais de um povo, bem como quais os elementos que formam a identidade brasileira, é tão importante para nosso conhecimento.

Para começarmos nossos estudos, faremos algumas reflexões: o que existe de comum à natureza humana? Há um porquê de o ser humano se comportar da maneira como o faz? O que faz de você um brasileiro? Esses e outros tantos questionamentos poderão ser respondidos com a leitura deste capítulo.

Bons estudos!

Tempo estimado de leitura: 49 minutos.

1.1 Antropologia como campo de estudo

A Antropologia pode ser definida como a ciência que pesquisa sistematicamente todas as manifestações do ser humano e da atividade humana. Obviamente, outras ciências se ocupam do estudo do Homem e da natureza humana. Por isso, então, o que fazem os antropólogos serem diferentes?

A verdade é que a Antropologia identifica, descreve e interpreta os costumes e o comportamento humano. Ou, ainda, mais especificamente, ela analisa os processos pelos quais os costumes persistem ou se transformam ao longo dos anos.

Podemos considerar a Antropologia uma ciência recente, uma vez que sua origem não é consenso entre os próprios antropólogos. Ela existe quando se registra ou se descreve os seres humanos. Isso aconteceu várias vezes ao longo da história. A partir do século XVIII, no contexto do Iluminismo, a Antropologia é definida como um ramo das ciências naturais.

Temos, também, que a história da Antropologia não é uma narrativa linear de progresso. Isso quer dizer que, do século XVIII até a Segunda Grande Guerra, diferentes estudos lançaram as bases que sustentam a Antropologia Moderna, tal qual como conhecemos hoje.

É da França, da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos e da Alemanha que surgem os primeiros antropólogos e as primeiras teorias antropológicas. Eriken e Nielsen (2010), por exemplo, denominam “proto-antropologias” todo o conhecimento produzido acerca das culturas humanas da Grécia ao Iluminismo. É justamente com esse conceito que iniciaremos nossos estudos.

As rotas do comércio grego percorriam todo o Mediterrâneo por causa das diásporas gregas. Os gregos também colonizaram a Ásia Menor (atual Turquia), o norte da África, a Península Ibérica, a Itália e o sul da França, travando guerras contra os Persas e outros povos considerados bárbaros. Contudo, os gregos não apenas encontraram, trocaram coisas e guerrearam com esses povos; eles acumularam registros e relatos sobre os costumes e as características acerca das culturas com as quais estavam em contato.

Você sabia?



Diáspora significa a dispersão de povos. De forma geral, a diáspora se aplica à dispersão de qualquer etnia obrigada a se deslocar de seu território de origem devido ao preconceito ou à perseguição política, religiosa e étnica. O conceito se popularizou a partir da dispersão dos judeus, principalmente depois do exílio babilônico.

No século V a.C., Heródoto de Helicarnasso registrou, por meio de narrativas de viagens, minuciosas descrições sobre a Ásia Ocidental, o Egito e a costa do Mar Negro, bem como os habitantes, os idiomas, o vestuário utilizado e as instituições políticas e religiosas desses povos. Em seus relatos, é possível reconhecer os principais questionamentos da Antropologia: os “outros” são diferentes de nós? O quanto somos parecidos? Como devemos nos relacionar com os outros?



Figura 1 - No início, a Antropologia era feita à partir dos relatos de viajantes, exploradores e missionários Fonte: Nejrón Photo, Shutterstock, 2021.

#PraCegoVer Na figura, temos a fotografia de um mapa antigo sobre uma mesa, com uma luneta por cima. Este traz detalhes em couro marrom.

Depois da Antiguidade, as eras das navegações e das grandes descobertas europeias também tiveram impacto no desenvolvimento da Antropologia. A conquista das Américas e o encontro com os nativos abalaram a intelectualidade da época, baseada na filosofia medieval. As perguntas, nesse momento, passam a estarem relacionadas com os índios: eles possuem alma? São humanos? Em que estágio evolutivo estariam os índios em relação aos europeus? (LEITÃO, 2015).

O encontro com os mais diferentes povos nativos aguçou a percepção de progresso e desenvolvimento. Com isso, os europeus logo começam a se enxergarem como indivíduos livres e modernos, pensando em si mesmo à partir da compreensão do que é o outro.

Nos séculos seguintes, a expansão europeia avança em escala e complexidade, avançando, também, no que diz respeito ao contato com o outro, seja por meio do comércio, de explorações, de missões religiosas, da colonização, da migração ou de guerras. Conseqüentemente, aumentam-se os relatos de missionários, colonizadores e exploradores sobre os novos lugares e seus povos.

Mesmo que possamos visualizar traços do pensamento e do fazer antropológico nesse breve histórico, ainda não podemos chamar tais práticas e registros de ciência. Isso quer dizer que todas as vezes em que o ser humano pensou sobre si mesmo e sobre sua relação com o “outro”, ele pensou antropológicamente. Mas, apesar desse desenvolvimento histórico, ainda não há a formalização de um método, de técnicas e, tampouco, de um pensamento voltado para a investigação científica.



Figura 2 - Todas as culturas — presentes, do passado ou extintas — são de interesse para os estudos da Antropologia Fonte: Jannarong, Shutterstock, 2021.

#PraCegoVer Na figura, temos a fotografia de uma pintura em parede. Trata-se de uma cena de caça, contando com o esboço de quatro caçadores, estando um portando arco e flecha. Há, também, a imagem de um animal e duas pessoas sentadas. A pintura é em vermelho.

É a partir do século XIX, na medida em que fósseis humanos e restos arqueológicos vão sendo descobertos, que a Antropologia progride a passos largos, fruto de um acúmulo de descobertas anteriores e do desenvolvimento de novas formas de pesquisa. A Antropologia que conhecemos hoje se desenvolveu a partir dos trabalhos de Franz Boas (1858-1942), Bronislaw Malinowski (1884 -1942), A. R. Radcliffe-Brown (1881-1955) e Marcel Mauss (1872-1950). Podemos dizer que esses quatro antropólogos são os pais fundadores dessa ciência. Separados por contextos acadêmicos, mas juntos no modo de pensar sobre a cultura, eles foram os primeiros a analisarem as tradições culturais de forma relativa e não-evolucionista, ou seja, que consideraram a existência de culturas diferentes, mas não superiores ou inferiores.

Você o conhece?



Franz Boas é considerado um dos pais da Antropologia Moderna. Alemão naturalizado norte-americano, foi um grande expoente da escola relativista, em que rompe com o evolucionismo. Entre 1883 e 1884, Boas realizou uma expedição entre os esquimós e estudou os índios Kwakiutl, bem como outras tribos da Colúmbia Britânica.

Antes de ser definida como uma ciência independente, a Antropologia era identificada como um ramo das ciências naturais. Ainda hoje ela dialoga com a Biologia, com a História, com a Economia, com a Geografia e tantas outras disciplinas. Esse seu caráter multi e interdisciplinar tem relação com um ambicioso e vasto campo de estudo, abrangendo todas as populações social e minimamente organizadas das quais se tenham registros históricos ou arqueológicos.

Assim, a Antropologia se divide em duas grandes áreas de estudos bem definidas, com interesses teóricos específicos que conversam entre si: a **antropologia cultural** (ou social) e a **antropologia biológica** (ou

física). Cada uma se desdobra em variados campos menores, como a antropologia forense, a paleoantropologia, a antropologia das emoções, a antropologia do consumo etc.

A noção de que o Homem é a soma de seus aspectos biológicos, sociológicos e psicológicos se reflete na tríplice face da Antropologia como ciência. Ela é uma ciência social na medida em que busca conhecer o Homem enquanto parte de um grupo organizado; uma ciência humana quando se debruça sobre os aspectos históricos, filosóficos e linguísticos que sustentam nossas crenças e costumes; e é, também, uma ciência natural, principalmente quando se interessa pela evolução do ser humano e de como seus hábitos e costumes interferem em sua biologia.

Contudo, o que nos interessa, aqui, é o campo mais amplo da ciência antropológica: a antropologia cultural. Como uma ciência social, seu interesse é no “[...] problema da relação entre os modos de comportamento instintivo (hereditário) e adquirido (por aprendizagem), bem como o das bases biológicas gerais que servem de estrutura às capacidades do homem” (HEBERER, 1967, p. 28). Ou seja, a antropologia cultural investiga as culturas humanas — das sociedades mais simples às mais complexas —, suas semelhanças e diferenças, suas origens e seus desenvolvimentos, bem como a forma de se relacionarem. Dessa forma, podemos dizer que ela se debruça sobre “[...] todo aquele complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro da sociedade.” (LARAIA, 2000, p. 17).

Uma vez que todas as sociedades humanas — extintas e presentes — interessam a antropologia cultural, ela se desdobra em três campos de estudos maiores:

Arqueologia

É o estudo de sociedades e sistemas culturais extintos.

Etnologia

Estuda e compara os diversos sistemas (simples e complexos) de costume e comportamento encontrados entre diferentes povos.

Linguística

É o estudo da linguagem para além da comunicação, como ferramenta e materialização de pensamento.

A antropologia cultural possui seus próprios métodos e técnicas de obtenção e análise de dados. É uma ciência social e humana, cujos objetos de estudos não se adequam a um laboratório. Assim, para observar e classificar os fenômenos sociais, os antropólogos fazem um trabalho de campo e de etnografia.

O método etnográfico se refere a uma análise descritiva das sociedades humanas. Nele, temos o levantamento e a descrição minuciosa de todos os dados possíveis de um determinado grupamento social, seja ele urbano ou rural, simples ou complexo.

Vale ressaltar que o trabalho de campo não é uma invenção ou uma exclusividade da Antropologia. Muitos pesquisadores, desde o século XIX, fazem trabalhos de campo para testarem suas teorias ou colherem materiais empíricos. Contudo, o “campo” antropológico é diferente: ele supõe estar em contato contínuo com o grupamento que será estudado durante um determinado período de tempo (semana, meses ou anos), uma vez que a volta ao mesmo campo não é incomum em uma pesquisa. Nesse caso, o trabalho de campo antropológico consiste em estabelecer relações com pessoas para uma melhor descrição e compreensão de determinada cultura.

Temos, por exemplo, relatos de antropólogos que passaram a viver com um povo ou comunidade distantes, participaram da vida cotidiana desse grupo, aprenderam sua língua, participaram dos festivais e dos funerais, ouviram histórias, escutaram conversas e estabeleceram laços com seus informantes. Apenas quando um antropólogo vive e experimenta um sistema de costumes é que pode apreender e descrever sobre um comportamento. Assim, ele colhe os dados para que possa teorizar sobre o modo de agir e pensar de um povo.

Você quer ler?



O livro *Um Diário no Sentido Estrito do Termo de Bronislaw Malinowski* é o diário pessoal de Bronislaw Malinowski. Nele, o autor narra duas etapas de seu trabalho de campo: um na Nova Guiné (de setembro de 1914 a agosto de 1915) e outro nas Ilhas Trobriand (de outubro de 1917 a julho de 1918). A obra foi publicada postumamente por iniciativa de sua esposa. Vale a pena tirar um tempo para a leitura!

Com isso, a Antropologia apresenta uma dimensão teórica e uma dimensão prática. Dentro desse contexto, podemos entender que o trabalho de campo e a etnografia andam juntos: antes de ir a campo, para nos informarmos de todo o conhecimento produzido acerca grupo a ser pesquisado; no campo, ao ser o nosso olhar e nosso escutar guiado pela teoria; e ao voltar e escrever, traduzindo os fatos para enquadrá-los em uma teoria interpretativa.

Juntamente ao trabalho de campo, também fazem parte das técnicas de pesquisa antropológica a observação participante e as entrevistas. Os métodos mais conhecidos são o histórico, o estatístico, o etnológico (também chamado de comparativo) e o estudo de caso.

A seguir, vamos analisar um caso prático para entender melhor quanto ao assunto.

Estudo de Caso



A antropologia é uma ferramenta teórica que serve ao estudo das mais diversas esferas da vida. Nesse sentido, uma linha de estudos que tem se popularizado bastante é a Antropologia do consumo. Hoje em dia, muitas empresas contratam antropólogos especializados no assunto para entregarem detalhes das análises acerca das demandas e dinâmicas culturais que existem nos serviços ou produtos utilizados pelos consumidores. Por exemplo, Laura é uma antropóloga do consumo, contratada para fazer uma pesquisa etnográfica em uma empresa de cosméticos que pretende comercializar esmaltes voltados para a classe C. Laura, então, decide passar três meses frequentando diariamente bairros da periferia da grande São Paulo.

Utilizando técnicas como a observação participante, fazendo entrevistas e anotações em seu diário de campo, a antropóloga passa horas observando e entrevistando mulheres em salões de beleza e pontos de venda, ou acompanhando manicures que prestam serviços em domicílio. Após o levantamento de dados, Laura poderá determinar que tipos e cores de esmaltes tem mais apelo entre as mulheres, com que frequência os esmaltes são comprados, bem como outras informações de interesse para a empresa. Assim, o trabalho de Laura fará a ponte diretamente entre a empresa e o consumidor.

A seguir, apresentaremos alguns conceitos de cultura e sua importância no estudo antropológico.

1.2 Antropologia, cultura e diversidade

Ao estudar o Homem e seus costumes, a Antropologia lida com uma série de conceitos e categorias separadamente, assim como suas interrelações, como a cultura.

Mas o que é cultura? O que significa dizer que uma pessoa tem ou não cultura?

A palavra “cultura” tem origem no verbo latino *colere*, que significa cultivar ou instruir; e do substantivo *cultus*, ou seja, cultivo ou instrução. No sentido mais amplo e literal, a Antropologia acredita que é o cultivo de comportamentos, experiências adquiridas, acumuladas e transmitidas de geração em geração.

No senso comum, quando queremos dizer que uma pessoa é estudada e apreciadora da arte e da música, além de hábil em regras de etiqueta, dizemos que essa pessoa é culta, ou seja, que ela possui uma cultura. Essa ideia ficou popular durante a Revolução Industrial, sendo identificada em trabalhos artísticos e intelectuais de valor reconhecido, juntamente com as instituições responsáveis por produzir, difundir e regulá-los, levando o termo a ser diretamente associado à ideia de prática e estudo das artes.

No século XVIII, a cultura também se torna sinônimo de civilização, no sentido de progresso intelectual, espiritual e material, atrelada à ideia de desenvolvimento secular e progressivo, derivada do espírito iluminista vigente na época. Contudo, os usos diferenciados do termo — os quais são tão populares em nosso dia a dia — não se adequam ao que é utilizado cientificamente pela Antropologia.

Os antropólogos, por exemplo, não utilizam os termos “culto” ou “inculto” para determinar superioridade ou juízo de valor em relação a comportamentos, costumes ou manifestações artísticas e culturais. Quando um antropólogo fala de cultura, ele está preocupado em entender os aspectos aprendidos que o ser humano, em contato social, adquire ao longo de sua existência. Nesse sentido, não existe um único ser humano no mundo desprovido de cultura, salvo um recém-nascido ou os raros casos de indivíduos que foram privados do convívio humano. Portanto, todas as sociedades possuem cultura, sejam elas rurais ou urbanas, simples ou complexas.

A linguagem, a vestimenta, o que e como se alimentam, além de todas as tradições de um povo são aspectos compartilhados entre os indivíduos que fazem parte de um grupo de convívio específico. Isso reflete na realidade social a que estão imersos. Dessa forma, todos esses elementos combinados formam uma cultura, o que permite a comunicação, o funcionamento e a existência de um grupo social. Isto é, o comportamento dos indivíduos depende de um processo chamado socialização. Assim, o Homem vai sempre agir de acordo com o que ele conhece, com os seus padrões culturais. Se uma criança nascida na Inglaterra for criada no Brasil, dentro de uma família brasileira, por exemplo, ela crescerá dentro da cultura brasileira, aprendendo a língua, os hábitos, as crenças e os valores desse local. Isso significa que fatores biológicos não são determinantes nas diferenças culturais.

Desde o final do século XIX, antropólogos têm nos apresentado diferentes conceitos de cultura. Em 1952, os antropólogos A. L. Kroeber e Clyde Kluckhohn listaram e analisaram mais de 160 diferentes definições de cultura. Ainda nos dias de hoje, não existe um consenso sobre o significado exato do termo, o que nos mostra que ele varia no espaço e no tempo (MARCONI; PRESOTTO, 2008).

Edward Tylor foi um dos primeiros antropólogos a propor um conceito de cultura que se aproxima do que é aceito atualmente. Para ele, cultura é “[...] em seu amplo sentido etnográfico, este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou quaisquer outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (LARAIA, 2000 p. 17). A formulação de Tylor é fruto do pensamento Iluminista de John Locke, que afirma que a mente humana é uma uma tábula rasa, pronta para ser trabalhada. Ou seja, a partir do nascimento, nossa mente é como uma página em branco, com a capacidade ilimitada de obter conhecimento.

Geertz (2000, p. 37), por sua vez, menciona que a “[...] cultura deve ser vista como um conjunto de mecanismos de controle – planos para governar o comportamento. [...] palavras, gestos, desenhos, sons musicais, objetos ou qualquer coisa que seja usada para impor um significado à experiência”.

Sendo assim, ainda que o conceito de cultura tenha se modificado ao longo do tempo, é inegável que ela pode ser analisada sob diferentes visões, de acordo com os elementos que a constituem, como instituições (famílias e sistemas econômicos), normas (costumes e leis), crenças (religiões), valores (moral e ideologia), ideias (conhecimento e filosofia), padrões de conduta (monogamia e tabu) etc.

Temos, ainda, que a cultura pode ser classificada como material ou imaterial.

A cultura material engloba os objetos tangíveis, produzidos e consumidos por uma sociedade. Isso inclui todo e qualquer objeto material fruto da criação humana, a partir de uma determinada tecnologia. As técnicas, as normas e os costumes que regulam a manufatura e o emprego desses objetos também são considerados parte da cultura material.

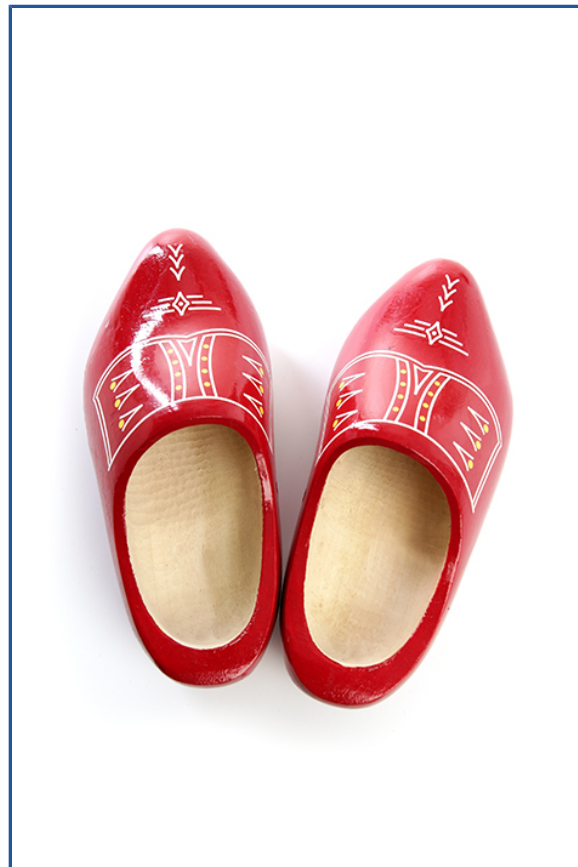


Figura 3 - Os tampancos holandeses são considerados uma cultura material Fonte: Tono Balaguer, Shutterstock, 2021.

#PraCegoVer Na figura, temos a fotografia de um par de tampancos holandeses. Eles são vermelhos, com pinturas, em formado mais fino na ponta.

A **cultura imaterial**, por outro lado, abarca os objetos intangíveis, os quais não possuem substância material, mas que possuem grande importância simbólica, como as danças, as músicas, os festejos e o folclore de uma região.



Figura 4 - A capoeira é se encaixa na ordem da cultura imaterial Fonte: Val Thoermer, Shutterstock, 2021.

#PraCegoVer Na figura, temos a fotografia de um grupo de pessoas formando uma roda no meio da rua. Duas pessoas estão no centro, jogando capoeira. Atrás, outras pessoas seguram instrumentos típicos da prática, como o berimbau. Ao redor, pode-se observar prédios.

Juntas, as culturas material e imaterial são um patrimônio que constituem a cultura de determinado grupo. Isto é, possuem aspectos simbólicos, na medida em que carregam a herança cultural de determinado povo, ao mesmo tempo em que promovem sua identidade.

Você sabia?



Na Antropologia Contemporânea, a cultura é entendida como um sistema simbólico, uma vez que a qualidade primordial e comum a todos os seres humanos é a de atribuir — de forma sistemática, racional e estruturada — significados e sentidos a todas as coisas ao seu redor. Assim, todas as esferas da vida estão sujeitas a esse sistema simbólico.

Com isso, podemos concluir que, apesar das inúmeras definições, é consenso na Antropologia que a cultura é aprendida e compartilhada. Na sequência, veremos que a cultura também é simbólica, uma vez que representa aspectos cujos significados estão atrelados ao seu uso na comunidade que lhe atribui sentido.

1.3 Construção das identidades sociais e culturais

Quantas vezes você já ouviu falar sobre a importância da diversidade, da diferença, da identidade e do multiculturalismo? Podemos perceber, olhando ao nosso redor, uma valorização do discurso sobre a aceitação e o respeito às diferenças, sejam elas étnicas, sexuais, de gênero, religiosas, culturais ou raciais. Mas sobre o que, exatamente, estamos falando quando nos referimos às identidades e diferenças?

A identidade e as diferenças existem por conta das relações sociais. Uma identidade cultural é o conjunto de características de um povo, fruto da interação entre os membros da sociedade e de sua forma de interagir com o mundo. Ela se constrói a partir do princípio da alteridade, em uma série de processos de diferenciação que definem e separam o “nós” e o “eles”. Nesse sentido, a identidade cultural se constitui das tradições, da cultura, da religião, da música, da culinária, do modo de vestir e de falar, entre outros elementos que representam os hábitos de uma nação.



Figura 5 - No princípio da alteridade, nossa subjetividade só existe diante do contraste de uma cultura com a outra Fonte: ESB Professional, Shutterstock, 2021.

#PraCegoVer Na figura, temos a fotografia de cinco pessoas olhando para a câmera. Elas estão com os rostos pintados e vestem camisetas com as cores de suas nacionalidades. Há um brasileiro, uma chilena, um argentino, uma colombiana e um mexicano.

Assim como a própria cultura, a identidade não é intrínseca ao indivíduo, ela precede à ele, transformando, sendo relativa e dinâmica. Dessa maneira, a identidade cultural do sujeito não é estática e cristalizada, mas, sim, fluída, móvel e, principalmente, relacional, ou seja, depende de um fator externo para emergir. Portanto, a identidade cultural é a combinação de inúmeras relações sociais e variados patrimônios simbólicos historicamente compartilhados, o que estabelece a união de determinados valores entre os membros de uma sociedade. Isso significa que a nossa identidade cultural está diretamente ligada ao nosso passado e à realidade que experimentamos.

Dessa forma, podemos dizer que ela está em constante transformação, fruto dos valores, crenças e normas vigentes em nossa comunidade. Aliás, de tão variados, esses valores podem até ser contraditórios: existem pessoas que baseiam suas experiências de vida em sua religiosidade, ao passo que outros se baseiam em uma visão científica do mundo.

As identidades possuem dimensões individuais e coletivas, já que dependem da relação com o outro e com outras tradições culturais. É essa capacidade de reconhecimento do outro, o necessário para a construção dos sujeitos com suas próprias identidades, subjetividades e culturas. De modo que sociedade e indivíduo são interdependentes. Isso quer dizer que a identidade é relacional, e não algo inato. A construção de uma identidade se dá a partir da relação dos indivíduos com a sociedade. Assim, ela é um elemento que facilita o reconhecimento de diferentes indivíduos dentro de um grupo, designando o seu posicionamento na sociedade. Ao ser construída de forma individual e coletiva, passa a ser o modo como nos olhamos, nos identificamos, nos categorizamos e nos comparamos aos diversos contextos sociais.

A identidade social também retrata a ideia de pertencimento, em que o sujeito pode desenvolver comportamentos discriminatórios frente ao outro, assim como também pode dar vantagens à membros do próprio grupo ou àqueles que ele considera um igual. Uma empresa que favorece a contratação de funcionários de uma determinada religião, por exemplo, está, ao mesmo tempo, favorecendo um determinado grupo e discriminando outro.

Assim sendo, a identidade social possui os componentes de inclusão e exclusão, uma vez que elementos de um mesmo grupo possuem a mesma identidade social, mas são diferentes socialmente de pessoas de outros grupos. Afinal, cada sociedade exige de seus membros certo padrão de comportamento.

Experimente fazer questionamentos para si mesmo: quem é você? Qual é a sua nacionalidade? Qual é a sua idade? E seu estado civil? Você possui filhos? Qual é seu gênero, sua religião e sua formação? As respostas para essas perguntas formam sua identidade social.

Digamos que você goste de novelas; que sua comida preferida seja um prato típico da sua cidade, feito à base de mandioca; que nas horas vagas você faz música; que seu lazer preferido é ir à praia; e que seu esporte preferido seja o vôlei. Essas características estão na ordem das identidades culturais, sendo que elas também possuem uma dimensão subjetiva e outra coletiva, que, muitas vezes, expressam-se por elementos que também formam uma identidade nacional. Ir à igreja aos domingos, pular carnaval, assistir ao futebol ou à novela, fazer um churrasco no fim de semana ou comer três vezes ao dia são apenas alguns dos inúmeros padrões de comportamento que constituem a cultura brasileira e a sua identidade.



Você quer ver?

O filme *Madame Satã*, de 2001, produzido por Karim Ainouz, é um ótimo exemplo de como as identidades culturais e sociais se sobrepõem. O enredo nos traz elementos comuns ao imaginário da identidade nacional brasileira, como a figura do malandro.

É importante lembrar, ainda, que nenhuma sociedade é homogênea. Quanto mais complexa, mais heterogênea ela vai se apresentar, ou seja, diversos serão os padrões de cultura e, conseqüentemente, as identidades e seus elementos.

Nos dias de hoje, uma pessoa é capaz de se conectar com diferentes referências culturais por conta da mídia e do advento das novas tecnologias de informação, como a internet. Também podemos acrescentar o caráter anônimo do convívio urbano, em que não somos tão próximos de nossos vizinhos como em sociedades menores e mais simples. Dessa forma, as pessoas podem assumir diferentes comportamentos, conforme as múltiplas tendências culturais que se apresentam.

Em um mundo tão interligado como o nosso, principalmente devido ao incremento das novas tecnologias digitais e do surgimento das redes sociais, o que transformou nossas relações sociais e nossa relação com o mundo; sofremos influências e influenciados mesmo sem perceber. Assim, por mais que, às vezes, tenha-se a impressão de que uma cultura possa desaparecer devido ao intenso contato com outras, isso não é completamente verdade, uma vez que as culturas estão em constantes transformações, mantendo alguns de seus aspectos mais intensos e duradouros, porém se adaptando e se modificando aos aspectos culturais que absorvem de fora.

Poderíamos, por exemplo, dizer que a pizza é um típico prato brasileiro? Na verdade sim, pois, devido a forte influência dos imigrantes italianos no Brasil, a pizza, atualmente, faz parte do cotidiano de todos os brasileiros, inclusive daqueles que não possuem ascendência italiana. Ou seja, a pizza nasceu na Itália, é um prato tipicamente italiano que se espalhou pelo mundo, adquirindo características locais específicas. Contudo, uma pizza de Nova York jamais será igual a uma pizza tipicamente brasileira com catupiry e calabresa, por exemplo, que, por sua vez, jamais será igual a pizza italiana.

Com base nisso, podemos dizer que a nossa nacionalidade é mais do que um indicador de identidade social, sendo, também, parte das nossas identidades cultural e nacional.

Uma identidade nacional é o somatório de valores culturais compartilhados por uma sociedade, e que, apesar de incluir divergências e peculiaridades regionais, são capazes de definir um perfil único, baseado em território, instituições, língua, costumes, religiões, história e futuros comuns. É, portanto, um sistema de representação das relações entre indivíduos e grupos de uma sociedade, o que inclui o compartilhamento de patrimônios comuns.



Você quer ler?

O livro *Saudades de São Paulo*, de Claude Lévi-Strauss, é composto por memórias da época da juventude do autor no Brasil. Além de ser uma verdadeira viagem no tempo, a obra é um interessante relato sobre o nosso país e nossas peculiaridades, vistos pela lente de um dos maiores pensadores do século XX.

A ideia de nação que temos hoje é uma construção social, uma narrativa de recombinação de práticas e padrões culturais, de forma a conferir um passado e uma identidade comuns a determinado agrupamento social. Com isso, a identidade nacional depende desse sistema unificador das representações culturais, o qual é negociado no interior das culturas, por meio da manutenção das tradições. Isso quer dizer que a afirmação de uma identidade nacional é muito importante para a preservação de um povo e para o sentimento de pertencimento dos membros de um grupo social.

Como vimos até aqui, a cultura também pode ser compreendida como um conjunto de significados compartilhados. Nesse sentido, a identidade nacional é uma comunidade imaginada, na medida em que as diferenças entre as nações residem nas formas pelas quais elas se reconhecem. A seguir, veremos melhor sobre esse assunto.

1.4 Matrizes históricas da formação da cultura brasileira

Antes de nos aprofundarmos no assunto, pense nesta pergunta: é possível encontrar uma identidade nacional do brasileiro?

Uma identidade nacional é composta por instituições culturais, símbolos e representações que combinam esforços institucional, governamental e político de soberania, bem como o próprio movimento de diferenciação e afirmação de um povo. Outro fator que contribui fortemente para o desenvolvimento de uma identidade nacional são as produções artísticas, como a literatura, o teatro, as artes plásticas, a música, o cinema e a televisão. Afinal, os produtos midiáticos se inspiram e representam os padrões culturais em que vivemos.

Assim, nossa identidade nacional, ou nossa comunidade brasileira imaginada, aparece mais nitidamente se a pensarmos como um conjunto de referências, fruto de contextos históricos, tradições culturais, projetos políticos e manifestações artísticas cuja territorialidade não constitui obstáculo para sua existência.

A identidade nacional brasileira é fruto de um processo de construção histórico-cultural que inicia na esfera política e oficial, na Independência, em 1822, mas só ganha impulso nos anos de 1930, com o governo de Vargas.

Com a Proclamação da República, em 1889, temos o federalismo instituído na administração do Estado, o que resultou em um fortalecimento de movimentos culturais regionais. Simultaneamente, também tivemos os esforços governamentais para a criação de símbolos culturais nacionais, como a mitificação da figura de Tiradentes como um herói brasileiro (ORTIZ, 1994).

O Movimento Modernista que foi impulsionado pela Semana de Arte Moderna, que aconteceu em 1922, buscaram nas raízes da sociedade inspiração para renovar e transformar os contextos artístico e cultural. O objetivo, então, era criar uma arte essencialmente brasileira, livre da reprodução dos padrões europeus (ORTIZ, 1994). No entanto, é importante termos em mente que o processo de construção de uma identidade nacional começa à partir do estabelecimento dos primeiros colonos. No seu encontro com os nativos e no acúmulo de interações entre a metrópole, os colonos e os nativos. Ou seja, a construção de uma identidade nacional não se dá apenas pelos processos culturais, mas, também, a partir de processos políticos.



Figura 6 - A identidade nacional é fruto de vários processos históricos, culturais e políticos Fonte: Korionov, Shutterstock, 2021.

#PraCegoVer Na figura, temos uma ilustração da bandeira do Brasil dividida em peças de quebra-cabeça.

Entre as décadas de 1960 e 1970, temos a Ditadura Militar, que, devido sua centralização autoritária e repressiva, é, em si mesmo, uma criadora e difusora de símbolos nacionais. Além disso, na mesma época, ainda temos a popularização da televisão nos lares brasileiros, em que um novo momento de difusão de elementos culturais se estabelece (ORTIZ, 1994).

Você sabia?



A Ditadura Militar iniciou com o golpe em 1964, com a deposição do presidente João Goulart. O regime militar se manteve por 21 anos, estabelecendo censura à imprensa, restrição aos direitos políticos e perseguição policial aos opositores do regime. Durante os Anos de Chumbo, quando os confrontos entre o governo e os opositores foram mais

violentos, temos a promulgação da Lei n. 5.700/71, que determina quais símbolos representavam a união nacional e como e onde eles deveriam ser utilizados.

Nesse contexto, as telenovelas passaram, também, a auxiliarem na exposição de práticas sociais consideradas expoentes da brasilidade. A partir dos anos de 1980, temos a entrada cada vez mais intensa do capital estrangeiro na economia, bem como a apresentação de um padrão ideal de modo de vida cada vez mais próximo do norte-americano, que, por sua vez, continua influenciando o nosso processo de formação da identidade nacional, não só com a indústria cultural, mas também como exemplo a ser seguido.

O desenvolvimento da internet e a facilidade de deslocamento também tem uma parcela de culpa no aumento de contato com outros países e novas culturas que vêm a influenciarem na construção de nossa identidade nacional.



Figura 7 - O encontro de diferentes tradições culturais e diversas etnias são a chave para compreender as identidades culturais Fonte: Karavai, Shutterstock, 2021.

#PraCegoVer Na figura, temos a ilustração de diversas pessoas de diferentes classes, gêneros e culturas.

Foi no contexto do Movimento Modernista que ganham destaque Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, autores que melhor pensaram sobre o Brasil e a identidade brasileira. Também conhecidos como os intérpretes do Brasil, esses autores do pensamento social brasileiro, cada um à sua maneira, apontam a importância do processo de miscigenação como marcador da singularidade brasileira, ou seja, como o fator que identifica e difere nosso povo dos outros.

Em seus escritos, a brasilidade surge como um conjunto de significações simbólicas que se desenvolvem à partir da influência de elementos europeus, das tradições africanas e ameríndias em diferentes instâncias culturais: organização social, economia, normas, costumes, linguagem etc.

Gilberto Freyre, em “Casa Grande e Senzala”, sistematiza a noção de democracia racial ao dissecar as relações cotidianas da família patriarcal colonial. Na obra, o autor analisa a formação da sociedade brasileira a partir de três elementos culturais distintos: o branco (europeu-português), o negro (africano) e o indígena (nativo).

Em sua narrativa, Freyre menciona que a miscigenação brasileira se deve a prevalência do elemento português no processo, não por causa de sua suposta superioridade racial, mas, sim, em razão dos contextos histórico e geográfico que privilegiavam o contato luso com os mouros africanos e árabes. Freyre ainda coloca como fator principal no processo de uniformidade da sociedade brasileira não exatamente o encontro das três raças, mas a religião católica, uma vez que os negros eram batizados e os indígenas foram centro das atenções dos jesuítas, com a missão de tornarem os nativos cristãos (FREYRE, 2006).

O trabalho de Freyre, ainda que bastante revisitado e criticado, é de extrema importância, uma vez que suas ideias permanecem em nosso imaginário e no senso comum quando dissermos que temos índios, portugueses ou negros na família. Assim, é a partir das análises culturais de Freyre que se torna corrente a afirmação de que o Brasil se constitui à partir da fusão das três raças: português, negros e índios.

Sérgio Buarque de Holanda, por sua vez, menciona que foram os índios, os negros e os mulatos que fundaram o Brasil com o seus trabalhos e costumes. O Brasil colonial, de acordo com o autor, tem pouca ou nenhuma organização social, sendo, conseqüentemente, violento e personalista. Além disso, o sistema escravocrata desvaloriza o trabalho, o que favorece aqueles que buscam por prosperidade sem custo, sacrifício ou comprometimento com a terra.

É nesse cenário que emerge a figura do Homem cordial, tão bem definida pelo autor. Nesse caso, Holanda (1973) não está interessado em exaltar a cordialidade como a entendemos no senso comum — com gentileza e simpatia —, mas, sim, como uma tentativa constante de personalizar as interações sociais. Isto é, o homem cordial demanda um tratamento especial, de preferência pelo primeiro nome, não como cidadão qualquer.

Holanda (1973) ainda diz respeito a um sistema político no qual apenas amizades e lealdades pessoais são pertinentes, uma vez que as decisões não seguem uma lei objetiva e imparcial. Assim, elas estão sempre na esfera do pessoal e do particular, de modo que temos mais uma característica considerada singular de brasilidade: a informalidade e a presença do privado na esfera pública. Um exemplo disso, visível em qualquer noticiário, é o cotidiano político brasileiro, em que grande parte das decisões se dão por meio de negociações e aproximações interpessoais, mesuras, agrados e presentes. Ou seja, uma simpatia ritualizada que funciona com um instrumento de subversão das racionalidades política e burocrática.

Esse padrão cultural também se desdobra no famoso jeito brasileiro, que pode tanto denotar criatividade em situações de crise quanto uma forma de burlar os parâmetros legais e burocráticos do nosso cotidiano.



Você quer ver?

A série *O Povo Brasileiro* é uma versão audiovisual da obra de mesmo nome do antropólogo Darcy Ribeiro. Produzida com material de arquivo, entrevistas e participação de Chico Buarque e Tom Zé, a série discute a formação do povo brasileiro e a nossa identidade cultural. Vale tirar um tempo para assistir na íntegra!

Como podemos ver, de acordo com Freyre e Holanda, as características de brasilidade se formam à partir de um contexto histórico colonial, na relação entre europeus (e seus descendentes), negros, índios e mestiços.

No entanto, vale destacar que os brancos — descendentes de europeus, no topo da escala social e detentores de privilégios — não se entendiam ou se identificavam como brasileiros. Eles, mesmo sendo os que mais se utilizavam dos recursos explorados no país, não nutriam sentimentos de pertencimento. A lógica colonial, ao menos em um primeiro momento, era a de acumular os recursos e retornar à metrópole (RIBEIRO, 1995).

Nesse contexto, os primeiros a serem identificados como brasileiros são os mestiços pobres, ou seja, mulatos com pais brancos e negros, já desafricanizados pelo processo de escravidão; mestiços com pais índios e negros, na época chamados de cafuzos; e mamelucos com pais brancos e índios. Essas pessoas formavam a maior parte da população, passando a serem independentes de suas vontades, vistas como gente brasileira. Aliás, são eles que propagam o português como idioma corrente pelos territórios, além de seus costumes, que passam a formar grande parte dos nossos padrões culturais.

As fontes dessa mestiçagem são muito mais variadas e complexas do que a tríade portugueses/negros/índios, considerada tão forte na matriz do imaginário da identidade brasileira. Ou seja, são diferentes etnias indígenas e africanas que influenciaram a nossa cultura, assim como os portugueses não foram os únicos europeus que contribuíram para a formação do povo brasileiro.

A sociedade ibérica abarcava, também, mouros e judeus que vieram com os colonos. Ao longo dos anos coloniais, ainda tivemos espanhóis nas fronteiras internas, bem como heranças holandesas e francesas no litoral. De 1900 a 1930 também houve a chegada de imigrantes das mais variadas origens: italianos, japoneses, poloneses, alemães e etc. Assim, podemos concluir que a identidade brasileira é construída por meio da noção da diferença, do ecletismo, da miscigenação, do conflito e da dominação. A identidade brasileira é uma questão de pertencimento, afetividade e reprodução de tradições culturais regionais, compreendida pelas diversidades histórica, cultural e social de cada povo.

Conclusão

Você concluiu seus primeiros passos para os estudos antropológicos. Com isso, teve a oportunidade de conhecer um pouco da história e do campo de estudo dessa ciência em sua vertente social.

Nesta unidade, você teve a oportunidade de:

- identificar os campos de estudo da Antropologia como uma ciência que estuda o Homem e sua cultura;
- compreender a importância do conceito de cultura e da alteridade para a Antropologia;
- refletir sobre os elementos que constituem as identidades sociais e a identidade nacional brasileira.

Referências

- ERIKSEN, T. H.; NIELSEN, F. S. **História da Antropologia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.
- FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**. 51. ed. São Paulo: Global Editora, 2006.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
- HALL, S. As culturas nacionais como comunidades imaginadas. In: HALL, S.; SILVA, T. T. da. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HEBERER, G. *et al.* **Antropologia**. Lisboa: Milano, 1967.
- HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- LEITÃO, H. **Os descobrimentos portugueses e a ciência europeia**. Lisboa: Alêtheia Editores, 2015.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Saudades de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MADAME Satã. Direção: Karim Aïnouz. Brasil: 2002. 1 DVD (105 min.), son., color.
- MALINOWSKI, B. **Um diário no sentido estrito do termo**. Rio de Janeiro: Record, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1365>. Acesso em: 25 jun. 2021.
- MARCONI, M. A.; PRESOTO, Z. M. N. **Antropologia – Uma introdução**. São Paulo: Atlas, 2008.
- MOISÉS, B. P. Entrevista: Claude Lévi-Strauss, aos 90. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.42, n.1-2, 1999 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77011999000100002. Acesso em: 25 jun. 2021.
- ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

